

ARTIGOS

## OS DESDOBRAMENTOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA

JOSEANE MARIÉLE SCHUCK PINTO

Advogada, especialista em Relações Internacionais e Diplomacia, pesquisadora sobre o tema de migrações e refugiados



**D**iante da problemática oriunda do cenário internacional, com o aumento significativo de fluxos migratórios, torna-se importante demonstrar os desdobramentos desse fenômeno no Brasil, haja vista o país na conjuntura atual ser caracterizado pela intensa procura por parte desses migrantes, sobretudo dos haitianos. A discussão envolvendo o instituto do refúgio auxilia na compreensão do fenômeno relativo à chegada dos migrantes haitianos ao país, haja vista que a partir de 2010, após o terremoto, eles passaram a solicitar o status de refugiados.

Importante mencionar que refugiado, segundo conceito tradicional, se limita àquelas pessoas que “temem ser perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas,

se encontram fora do país de sua nacionalidade e que não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país”, não alcançando, portanto, os deslocamentos forçados oriundos do Haiti, onde o problema agrava-se pela soma de diferentes fatores, sendo um deles o contexto histórico do país,

Seria inviável determinar que retornassem ao Haiti, face à precariedade em que o país se encontra

marcado por instabilidade política, econômica, social, que gerou guerras, violência, pobreza, somado aos desastres e catástrofes naturais que acometem severamente o país. Ao chegarem ao Brasil, os haitia-

nos solicitam a condição de refugiados por entenderem que sua situação no Haiti está diretamente vinculada a questões ambientais, o que os obriga a sair de seu país devido à deflagração de extrema situação de vulnerabilidade que os coloca em risco, ameaçando a vida e a subsistência deles, tornando-os deslocados forçados.

No entanto, tais solicitações foram negadas pelo Comitê Nacional para Refugiados, por não se enquadrarem no conceito tradicional de refugiado, consoante dispõe a convenção de 1951 para refugiados e a Lei 9.474/97, tendo em vista que carecem de fundado temor de perseguição. O comitê repassou o caso ao Conselho Nacional de Imigração, que decidiu conceder vistos por razões humanitárias aos migrantes haitianos, pois seria inviável determinar que retornassem ao Haiti, face à precariedade em que o país se encontra.

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br  
@Carolina\_Bahia

## Antídoto amargo

**D**epois de cinco meses de letargia, o governo **Dilma** pretende sair das cordas a partir de hoje, com o anúncio no corte do orçamento. Até agora, os ministérios fizeram o básico, liberando recursos para obras e programas prioritários. O contingenciamento será radical, mas proporcional ao tamanho da crise. Ao menos os ministros

terão controle sobre os próprios orçamentos e poderão estabelecer prioridades. Por isso, Dilma afirma que o governo não vai paralisar. Como explicação para os ajustes, a presidente lembra a crise internacional. Isso é um dos motivos. Mas ela esquece de dizer que o governo gastou mal e demais, em especial no ano passado. Agora, tenta reorganizar a casa.

## NÃO HÁ DÉFICIT NO JUDICIÁRIO

ANTONIO VINICIUS AMARO DA SILVEIRA  
Magistrado



**O** Estado, novamente em face do déficit orçamentário, vem propondo medidas de reestruturação da economia, cortando gastos, o que deve ser aplaudido e prestigiado. Contudo, algumas questões devem ser esclarecidas diante da postura crítica que atribui o dever de sacrifício a todos os poderes, sem contextualizar.

Ocorre que a crise orçamentária não foi causada pelo Judiciário, que possui orçamento próprio e se mantém dentro dos seus limites, não causando déficit nem a si, nem ao Estado, pois, ao longo dos anos, vem se aperfeiçoando e fazendo o seu melhor com o que lhe é possível orçamentariamente, aparelhando-se por meio de gestões planejadas, com quadros administrativos exclusivamente profissionais e sem interferências políticas. E por

mais que se diga, como crítica aos gastos do Judiciário, que o dinheiro vem todo do mesmo lugar, é preciso esclarecer que a CF disciplina que ao Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe a elaboração de seu orçamento dentro dos limites estipulados, conjuntamente com os demais poderes, na lei de diretrizes orçamentárias.

Equivocam-se os que dizem que apenas o Executivo vem cortando na própria carne. Não é verdade

Assim, o Judiciário administra e investe nada mais, nada menos, do que lhe é legalmente disponibilizado, vivendo sua realidade, sem gastar mais do que lhe cabe.

Ora, respeitadamente, equi-

vocam-se os que dizem que apenas o Executivo vem cortando na própria carne. Não é verdade. O Judiciário já vem fazendo isso ao longo dos anos, contribuindo, sim, com a redução de despesas, mantendo seu orçamento, mas, muito mais do que isso, sendo leal à sociedade contribuinte, na medida em que gasta o que lhe é repassado de direito, sem déficits, com evidenciado aprimoramento na sua atividade-fim. Sua autonomia permite isso, já que faz sua parte, inclusive valorizando seus quadros estritamente dentro de seus limites, o que muitas vezes não é compreendido.

Por isso, antes de cobrar o Judiciário, deve-se exigir que medidas de impacto sejam, sim, adotadas, inclusive com cortes de despesas, mas baseadas em planejamento elaborado por profissionais especializados em gestão, sem transferir responsabilidades.

## LARGADA

Apesar dos cortes, a empresa responsável pela obra da ponte do Guaíba afirmou ao governo gaúcho que o cronograma está em dia e não há problema de dinheiro. Os entraves são burocráticos. É preciso ajuda dos governos locais para a remoção das famílias que vivem na região. Se tudo der certo, a obra fica pronta em 2017.

## PROCURE SABER

A queda de braço entre as autoridades sobre a chegada de haitianos ao país não é de hoje. O Acre chegou a solicitar que as equipes de inteligência da Força Nacional de Segurança saíssem do Estado porque não era do conhecimento do governo local a existência de tráfico de pessoas na região. Será que não valia a pena investigar?

## MÃO NA CONSCIÊNCIA

A flexibilização do fator previdenciário, aprovada na Câmara, divide o PSDB no Senado. Um grupo defende que é preciso manter a coerência com o histórico do partido, afinal, o fator foi criado no governo FHC para impedir as aposentadorias precoces. Além disso, como o PSDB tem planos para chegar ao poder em 2018, sabe que o rombo da Previdência pode estourar no colo do próximo presidente da República.

## TROCA

Na dança de cadeiras das vagas de segundo escalão, haverá modificações da cúpula da Trensurb. A presidente Dilma já conversou com o ministro **Gilberto Kassab** (Cidades). Nomes sairão de um acordo entre o PSD de Kassab e o PT do deputado **Marco Maia**.